



MUNIÍPIO DE POMBAL

Acta da SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

n.º 0001/AM/11, de 28-02-2011

Aos vinte e oito dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e onze, nesta Cidade de Pombal, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, pelas quinze horas, teve lugar a sessão ordinária da Assembleia Municipal, estando presentes, o Senhor Presidente da Assembleia, José Alves Grilo Gonçalves, Maria Fernanda Lopes Guardado Marques, Pedro Francisco Pires Brilhante, Carlos Alberto Ferreira da Silva, Andreia Sofia Pinheiro Marques, João Manuel Viera Cordeiro, Teresa Maria Rodrigues Guapo, Fernando Silva, Gabriela da Silva Santos, Américo Ferreira, Pedro Filipe da Silva Murtinho, Sérgio Manuel da Silva Gomes, Jorge António Gaspar Cordeiro, Eliana Jorge Cordeiro Varalonga, Odete Marise dos Santos Alves, João André Varela Coelho, Fernando Daniel Lopes Carolino, Tiago André de Sousa Galvão Varela Santos, Vítor da Conceição Gomes, António Fernandes Carrasqueira, Manuel Simões Rodrigues Marques, Fernando Rodrigues Matias, Leovigildo Marques Fernandes, Manuel António Rodrigues dos Santos, Carlos Manuel Rodrigues Domingues, José Maria Gonçalves Neves, António Manuel Cardoso Fernandes, Avelino das Neves António, Aires Cardoso Moreira, António do Nascimento Lopes, Carlos Manuel Simões Cardoso, Guilherme Manuel Gameiro Domingues, Isabel da Encarnação Costa, Ilídio Manuel da Mota, a fim de apreciar os assuntos constantes da seguinte ordem de trabalhos:

Ponto 1 - Período de antes da Ordem do Dia:

Ponto 1.1 – Leitura, discussão e votação das actas das sessões anteriores;

Ponto 1.2 – Leitura / resumo do expediente recebido e cumprimento de formalidades legais;

Ponto 1.3 – Intervenções na generalidade;

Ponto 2 - Período da Ordem do Dia:

Ponto 2.1 – Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara;

Ponto 2.2 – Designação do representante da Assembleia Municipal na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens;

Ponto 2.3 – Leitura e discussão e votação da proposta da Câmara sobre Actualização ao Regulamento do Parque de Estacionamento Subterrâneo da Praça Marquês de Pombal;

Ponto 2.4 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Actualização do Regulamento Geral das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada da Cidade de Pombal.

Ponto 2.5 – Leitura e discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Delegação de Competências de Gestão, Exploração e Manutenção da Cafetaria do Castelo de Pombal;

Ponto 2.6 – Leitura e discussão e votação da proposta da Câmara sobre Rectificação de Deliberação;



MUNIÍPIO DE POMBAL

Ponto 2.7 - Leitura e discussão e votação da proposta da Câmara sobre a construção de redes de saneamento em Antões e Moita de Boi e drenagem dos lugares de Antões, Antões de Além, Castelhanas e Biqueiras, estações elevatórias e emissários gravíticos, que constam no processo 77/2008, pedido de autorização nos termos do artigo nº 6 22º do decreto-lei nº 197/99 de 8 de Junho;

Ponto 2.8 - Leitura e discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Revisão dos Documentos Previsionais.

Encontravam-se ainda presentes, o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores Dr. Diogo Mateus, Dr.^a Ana Gonçalves, Dr. Fernando Parreira, Dr. Michäel António, Dr.^a Paula Silva, Dr. Pedro Pimpão, Dr. Carlos Lopes e Dr. Adelino Mendes.

Presidiu à sessão o Senhor Dr. José Alves Grilo Gonçalves e foram secretários Alberto Ferreira da Silva como 1.º Secretário e Teresa Maria Rodrigues Guapo, como 2.ª Secretária.

O **Senhor Presidente da Assembleia** informou que Pedro Miguel Serra Santos, por ser o primeiro cidadão, não eleito, nas listas do PS, irá tomar o lugar deixado vago por 180 dias, conforme pedido de suspensão de **Sandra Isabel dos Santos Ferreira**, aprovado na sessão de 29 de Dezembro de 2010, chamando-o a ocupar o lugar.

Informou ainda ter recebido um pedido de renúncia da Dra. Sandra Palhais chamando a ocupar o lugar deixado vago, a Dra. Maria Luzia Pereira Ferreira Domingues, em virtude de já ter sido convocada para ocupar cargo e ter aceiteado.

De seguida informou ter recebido os seguintes pedidos de suspensão de mandato:

- De Armindo Lopes Carolino, da Bancada do Partido Socialista, pelo período de 30 dias;
- De Edite Maria Olaio Domingues dos Santos, da Bancada do Partido Socialista, pelo período de 30 dias; e,
- Maria da Conceição de Freitas Anastácio, da Bancada do Partido Social Democrata, pelo período de 90 dias.

Colocados os pedidos de suspensão a votação, foram os mesmos aprovados por unanimidade e por minuta.

Nesta altura, o **Senhor Presidente da Assembleia** informou que foram contactados os cidadãos imediatamente a seguir nas listas do Partido Socialista, João Pedro Monteiro Ferreira Gonçalves e Elisabete Maria dos Santos Alves, que aceitaram ocupar os referidos lugares.

Mais informou que o cidadão imediatamente a seguir nas listas do PSD, Anézio Gonçalves, aceitava ocupar o lugar mas que, devido a compromissos profissionais já assumidos, não iria poder estar presente nesta sessão, solicitando a sua substituição, pelo que foi contactada Joana Carreira Revez Pereira Coucelo, que aceitou comparecer à presente reunião.

Encontrando-se na sala os cidadãos a seguir nas listas do PS e do PSD, foram os mesmos chamados a ocupar os seus lugares nas respectivas Bancadas.



MUNIÍPIO DE POMBAL

Nesta altura, e após a chamada informou terem-se verificado as seguintes ausências:

Eleitos pela lista do PSD – João Manuel Carreira da Conceição Coucelo, Joaquim dos Santos da Silva Branco, Catarina Pascoal da Silva, Eusébio Gonçalves Rodrigues e Jorge Gameiro da Silva, que apresentaram pedidos de justificação para as suas faltas, as quais foram, de imediato justificadas.

Antes de dar início aos trabalhos, o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, usou da palavra como se segue:

“Chegado a este momento, com os trabalhos quase a iniciar-se, quero referir aqui um acontecimento que nos marcou a todos nós pombalenses e, particularmente, aos guienses e que foi o falecimento do Senhor Comendador José Maria Duarte Júnior, no passado dia 2 de Fevereiro.

O Comendador José Maria Duarte Júnior completaria no próximo dia 4 de Março, 92 anos.

Foi um cidadão que recebeu a Comenda de mérito industrial em 2003, atribuída pelo Senhor Presidente da Republica de então, o Senhor Doutor Jorge Sampaio.

Recebeu a Medalha de Honra deste Município Grau Ouro, em 1997, por proposta da Junta de Freguesia da Guia e atribuída por esta Câmara.

Teve distinções idênticas dos Municípios de Vila Franca de Xira e de Albufeira, Concelhos por onde desenvolveu a sua actividade industrial.

Na sua acção de Mecenaz atribuiu várias verbas para a construção da nova Igreja da Guia, subsidiou muitas Associações, Colectividades e Instituições. Mas quero referir o Cidadão, que era um homem sensível à causa pública e que aos 27 anos já era Presidente da Junta de Freguesia de Mata Mourisca. Para este Cidadão exemplar, eu proponho um voto de pesar e peço um minuto de silêncio em sua memória.”

Colocado o voto de pesar a votação foi o mesmo aprovado por unanimidade.

De seguida cumpriu-se um minuto de silêncio

De seguida, o **Senhor Presidente da Assembleia**, voltou a usar da palavra como se segue

“Quero informar e congratular-me com a nomeação de duas figuras que nasceram nesta terra e muito cedo foram para Coimbra.

Refiro-me a José Manuel Silva, recém empossado como Bastonário da Ordem dos Médicos e ao seu irmão, João Gabriel Silva, eleito Reitor da Universidade de Coimbra. Podem-me dizer que não é importante porque foram pessoas que pouco deram a Pombal, mas, de qualquer forma eu que sou amigo do primeiro e que tive a honra de ser mandatário dele no Centro Hospitalar de Coimbra, e ele dizia sempre que nasceu em pombal, na Rua do Lagar que fica perto da Rua da Albergaria do Doze, acrescentando que algumas vezes vem a Pombal.

Este cargo que agora desempenha talvez seja uma porta aberta para os pombalenses nestas coisas da Saúde e talvez ele nos possa ajudar até porque é uma personalidade que não tem nada a ver com convicções políticas.

Para ele e para o seu irmão, o Professor Doutor João Gabriel Silva, os nossos mais sinceros parabéns.”



MUNIÍPIO DE POMBAL

Ponto 1 - Período de antes da Ordem do Dia:

Ponto 1.1 - Leitura, discussão e votação da acta da sessão anterior.

O Senhor Presidente da Assembleia solicitou que fosse dispensado da leitura das actas das sessões anteriores, as quais foram previamente distribuídas pelos Membros da Assembleia, colocando de imediato a discussão a acta da sessão de 30 de Setembro de 2010, não se tendo verificado qualquer inscrição.

Colocada a acta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com seis abstenções.

De seguida colocou a discussão a acta da sessão de 29 de Dezembro do mesmo ano, tendo-se inscrito o membro da Assembleia **João Coelho**, cuja intervenção se segue:

“Apenas para deixar uma pequena sugestão. Na apresentação das minhas palavras, ora sou o João Coelho ora sou o André Coelho, para o favorecimento da leitura do documento e da compreensão do mesmo, talvez fosse melhor chamar-me apenas um nome.”

O Senhor Presidente da Assembleia disse ter registado a sugestão.

De seguida colocou a acta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria, com quatro abstenções.

Ponto 1.2 – Leitura e resumo do expediente recebido e cumprimento das formalidades legais.

O Senhor Presidente da Assembleia informou o plenário do seguinte:

“Recebemos um jornal chamado Associação um órgão da Associação Portuguesa de Deficientes que fica para consulta no Gabinete da Assembleia e também a Voz das Misericórdias que fica também ao vosso dispor para consulta.

Também da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, recebemos, de harmonia com o previsto na alínea h) n.º 2 do artigo 18º da lei 147/99, de 1 de Setembro, o modelo de recolha de dados de 2010 e o Relatório Anual de Actividades do mesmo ano, que também podem consultar.

O Pedro Murinho tinha solicitado que a Mesa da Assembleia se dirigisse ao Instituto de Segurança Social e Centro Distrital de Leiria para saber do número de beneficiários com prestação de Rendimento Social de Inserção. Já tenho a resposta e informo que os beneficiários são 596 os cidadãos do Concelho de Pombal e que 866 cidadãos do nosso Município são beneficiários da prestação de desemprego.

Recebi um documento para o qual chamo a vossa particular atenção, assinado pelo Doutor Professor Mário Nogueira, por todos nós conhecido, acompanhado de um manifesto sob o título «investir na Educação, defender a escola Pública», solicitando que o apresente na sessão da Assembleia Municipal e que, caso seja aprovada a sua subscrição por parte deste Órgão seja informado para que da mesma possa fazer divulgação pública.”

Ora bem, é entendimento da Mesa que um trabalho nesta natureza envolve algum compromisso pelo que é necessária reflexão. Reflexão que pode ultrapassar os muros deste salão e o dia de hoje, mas também não há uma pressa.

De facto, o ensino é uma preocupação de todos. Nenhum elemento desta Assembleia deixa de pensar qual o ensino para Portugal e qual o melhor ensino para os seus filhos.



MUNIÍPIO DE POMBAL

Sabemos que é no ensino que está a génese da democracia, pois as pessoas podem ser muito diferentes mas se a escola for acessível igualamo-nos mais e é necessário que alguém se responsabilize por essa formação.

É entendimento nesta Mesa que nos compete pronunciar sobre quem é que administra esse ensino.

De seguida leu o Manifesto, que a seguir se transcreve e fica arquivado nos Serviços.

Continuou colocando à consideração do Plenário o agendamento ou não deste assunto para uma próxima sessão, tendo-se inscrito os Senhores:

Fernando Matias, que disse o seguinte:

“Antes de mais penso que seria importante e que deveria ser agendado um ponto numa próxima Assembleia Municipal sobre a educação, porque eu entendo que, a saúde e a educação são pilares fundamentais numa sociedade e aí, quando eu digo educação não estou a pensar só no 2.º ou 3.º ciclos, estou a pensar na educação desde o pré-escolar.

O que eu verifico é que, de facto, a paixão que era a Educação deste Governo, passou a ser “madrasta” desculpe a expressão, “madrasta” porque corta-se a torto e a direito para economizar.

Eu penso, sobretudo como cidadão, que há muito onde se pode economizar e poupar dinheiro, mas na saúde e na educação não, pois nós sabemos que os gestores públicos são o que são, e nesses, de facto, podemos cortar, inclusivamente, sabemos que recebem milhões e as empresas dão milhões de prejuízos, corte-se aí, ponham-se na rua porque devemos ter centenas de jovens licenciados mais capazes do que os boys que andam por aí.

Dizer, agora como autarca, que os Presidentes de Junta e o próprio Município recebem as verbas tarde e a más horas, e que é só cortar.”

O Senhor Presidente da Assembleia usou da palavra como se segue:

“Senhor deputado, não estamos propriamente no período das intervenções na generalidade, centrem-se só na questão que é colocada sobre o agendamento ou não deste assunto para uma próxima sessão.”

Odete Alves, cuja intervenção se transcreve:

“Relativamente a esta questão, esta Bancada tem a mesma opinião do Senhor Presidente.

Trata-se de uma discussão que é bastante complexa e não podemos ser nós a decidir quem é que vai definir os rumos da educação no nosso País, de qualquer modo consideramos que este ponto não deve ser votado, deve sim ser feita uma comunicação aos Sindicatos referindo que, de facto, foi dado conhecimento à Assembleia Municipal.

Quanto ao resto penso que extravasa completamente o âmbito desta Assembleia, sendo certo que o PS também tem preocupações na área da educação e por isso deverá ser muito interessante agendar o tema para uma outra reunião.”

Américo Ferreira, cuja intervenção se segue:

“Na minha opinião, isto é um documento muito melindroso que acho que deve ser agendado para uma outra Assembleia.”

João Coelho, que fez a intervenção abaixo:

“Em relação ao ponto em concreto, queria propor que se votasse simplesmente a inclusão deste pedido a votação ou então passamos à frente, porque para estarmos aqui a tecer alguns considerandos acerca da educação em Portugal então vamos agendar este ponto para outra reunião onde ele será discutido.”



MUNIÍPIO DE POMBAL

Rodrigues Marques, que fez a seguinte intervenção:

“Eu também estou de acordo em agendarmos isto para uma próxima sessão da Assembleia Municipal.”

Nesta altura deu entrada na Mesa uma Proposta da Bancada do Partido Socialista, que a seguir se transcreve:

“Trata-se de uma questão que extravasa o âmbito da Assembleia Municipal.

Propõe-se que se dê conhecimento ao conjunto de sindicatos da comunicação do Manifesto na presente Assembleia.

Propõe-se ainda que numa próxima Assembleia seja agendado um ponto destinado à Educação, atenta a sua importância.”

Colocada esta proposta a votação foi a mesma aprovada por unanimidade.

De seguida o **Senhor Presidente da Assembleia** informou o seguinte:

“O Município de Pombal, na pessoa do seu Presidente da Câmara, enviou-me alguns pareceres que já foram respondidos em relação aos desfalques e que são os pareceres do Banco de Portugal, da Associação Nacional de Municípios Portugueses, da IGAL e da Inspecção-geral de Finanças.

Havia uns requisitos que eram perguntas óbvias e objectivas e estas respostas já chegaram e ofereço a minha capinha de plástico para a veracidade destes documentos e para ficarem guardados no Gabinete da Assembleia.”

Ponto 1.3 - Intervenções na generalidade.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições para uso da palavra, tendo-se inscrito:

Jorge Cordeiro, que fez a seguinte intervenção:

“As intervenções anteriores tenho-as pautado de alguns exemplos positivos, de coisas boas que se vão fazendo em diversas áreas neste Concelho e por que não dizer na sua extensão ao País.

Hoje poderia ver um exemplo de uma empresa que faz parte do nosso tecido empresarial e que é referenciada pelas suas boas práticas na integração de jovens, quer com o seu programa de estágios quer pois com a sua respectiva reintegração no seu quadro.

Esse é um desafio permanente para todos nós e para as gerações futuras em que a empregabilidade dos jovens e a perspectiva enfim de uma carreira no tecido produtivo.

Isso remete-nos também para uma outra questão que é, para além deste desafio, e muito se fala actualmente na empregabilidade dos jovens e de uma geração que tem grandes dificuldades e tem de alargar os seus horizontes na procura de emprego, toda uma faixa de pessoas, chamada a faixa dos 40, e 50 anos que essa também deve ser recordada porque o país não pode de modo algum prescindir dos conhecimentos e do know-how de pessoas que muitas vezes, numa idade de transição, se vêem privadas no seu posto de trabalho. E eu pergunto que geração é esta, que sociedade é a nossa, que não dá oportunidades aos jovens até aos 35 anos e a partir dos 35 anos os considera velhos, esse é um ponto que eu não deixo de frisar como de grande desafio para todos nós no futuro imediato.

Por outro lado, no segundo ponto da minha intervenção, e para tentar cumprir os 3 minutos que me foram dados pelo Senhor Presidente, gostaria de focar aqui um aspecto.

Nos últimos tempos fui abordado, de uma forma mais ou menos informal, por causa de uma questão que é o código postal. Os códigos postais, e porquê? Até há pouco tempo, os códigos postais não batiam certo com a divisão administrativa do País, e isso fazia com que às vezes



MUNIÍPIO DE POMBAL

houvesse grandes discussões em Repartições Públicas, entre um pessoa que teimava que era de uma freguesia e afinal era de outra porque o Senhor que estava a atender a pessoa dizia que ela era de outra. Efectivamente, as bases de dados das Instituições Públicas são feitas com base no Código Postal e portanto verifica-se de uma situação caricata que é os CTT a sobrepor-se à Divisão Administrativa do País.

Verifiquei que entretanto a empresa já fez alterações aos códigos postais e portanto penso que hoje as coisas estão melhores do que estavam há 1 ano e pouco atrás, porque foi uma matéria muito debatida penso que em Janeiro de 2009.

No entanto o problema base persiste. Uma empresa tem o direito de fazer a sua reorganização e não podem ser os serviços do Estado a basearem naquilo numa base de dados passo o pleonasma, de uma empresa que tem como função principal distribuir a correspondência. No entanto também remete para outra situação que é a muito provável falta de informação com que essas alterações foram feitas junto da população, portanto, neste momento, as pessoas continuam sem saber a que Freguesia pertencem na prática e se tiverem residência na fronteira entre freguesias, em muitas situações faz com que sejam as próprias pessoas a terem de ser proactivas no sentido de terem de alterar os seus dados quando, se efectivamente a administração pública não dependesse dessa base de dados, certamente, a questão não se colocaria.

Gostaria de deixar aqui este alerta porque poderão haver situações em que as pessoas vêem-se confrontadas com a situação de não saber a que freguesia é que pertencem, depois quando há eleições, quando há casamentos, quando há determinadas situações, a questão coloca-se e gostaria de salvaguardar isto.

De qualquer maneira congratulo-me também com o facto de estas alterações terem sido levadas a cabo e de não ter sido acabado nem o código postal, nem as Freguesias, nem os Concelhos, que parece ser uma prática recente e habitual quando há um problema tal como aconteceu com o cartão de eleitor.”

Tiago Galvão, que fez a intervenção que se transcreve:

“A Bancada do Partido Socialista tem-se debatido nesta Assembleia Municipal pela implementação de projectos que se encontravam do Programa Eleitoral do PSD e que se encontram no Plano Municipal da Juventude elaborado por este Executivo Municipal.

O PSD ganhou as eleições e tem o dever de respeitar os compromissos políticos assumidos com os cidadãos incluindo, obviamente, com os cidadãos jovens.

Nestes documentos constam algumas medidas que são consensuais a ambas as Bancadas, que não levantam qualquer tipo de entrave político e que, por serem necessárias e urgentes, nos levam a questionar por que motivo ainda não saíram do papel.

Começo por referir o Cartão Jovem Municipal. Com a crise financeira que afecta todos os portugueses, em particular a classe jovem, este seria um projecto que poderia potenciar o comércio local ajudando os jovens pombalenses nas suas aquisições e, depois de ter passado mais de um ano de mandato, ainda não se implementou. Esta bancada quer saber quais os motivos deste atraso.

Outro compromisso passava por apoiar e estimular a habitação jovem. De acordo com o Plano Municipal da Juventude este projecto destina-se à aquisição e recuperação de habitações no centro histórico destinando-as ao arrendamento para jovens.

As perguntas que esta Bancada quer ver respondidas são:



MUNIÍPIO DE POMBAL

Quantas habitações serão recuperadas e destinadas ao arrendamento?

Quantos edificios foram já adquiridos pela Câmara com essa finalidade?

Qual a dotação orçamental que a Câmara irá afectar a este projecto?

Terceiro compromisso - O Parque Verde tantas vezes falado e louvado nestas sessões da assembleia municipal. O parque verde que seria um projecto fundamental para a qualidade de vida da nossa Cidade, afinal deixou de ser prioritário.

Por que motivo deixou de ser prioritário?

Porque motivo foi eliminado dos projectos de valorização da Cidade de Pombal?

De certeza que ainda se recordam das discussões, nesta Assembleia, acerca do Conselho Municipal da Juventude.

De certeza que se recordam que se trabalhou no Regulamento desse Conselho. Afinal era tudo a fingir? Quase um ano e meio depois das eleições, o Conselho Municipal da Juventude não existe e, ainda mais grave, não existe vontade de o criar.

Analisado com mais atenção o Plano Municipal da Juventude, reparamos que o único projecto que se realizou e continua a merecer o empenho do Executivo para a sua repetida realização, é a Feira da Juventude. Esta feira é apenas um evento e representa um contributo muito reduzido na resolução dos verdadeiros problemas dos jovens pombalenses.

Com esta análise, eu, em nome da Bancada do Partido Socialista, coloco duas questões finais ao Executivo:

Existe vontade política para apoiar verdadeiramente os jovens deste Concelho?

Quais os compromissos sérios e creíveis que os Senhores assumem com os jovens do Concelho de Pombal?"

Pedro Brillhante, que fez a seguinte intervenção:

“É com enorme orgulho e satisfação que hoje, e friso o facto de o fazermos apenas nesta altura, a JSD vem por fim defender a instauração de um Conselho Municipal de Juventude para o nosso Município. Fazemo-lo com a consciência de que foi fundamental este compasso de espera, e certos, que agora sim, estão reunidas todas as condições legais para a instalação do mesmo. Recuando um pouco na história, verificamos que a Lei 8/2009, que instituiu os conselhos municipais de juventude foi redigida numa altura em que o PS detinha a maioria na Assembleia da Republica e sem que fossem consultados ou ouvidos quaisquer representantes dos Municípios e dos jovens.

Uma lei feita à pressa sem elementares critérios de sustentação e funcionamento em plena consonância aliás com a forma apressada, gananciosa e sem qualquer tipo de critério com que a mesma foi aqui defendida pela Bancada Socialista, mais propriamente pelos seus membros da JS. Mas como dizia o povo, a pressa é inimiga da perfeição, e diga-se que esta Lei, em particular, está com bastantes imperfeições.

Assim, no início da presente legislatura foi criado, em Outubro de 2009, um grupo de trabalho com deputados do PSD, do PS e do PP, com vista à revisão desta mesma lei, as lacunas eram óbvias, e as conclusões deste grupo levaram a actual proposta de Lei Conjunta, destes três Partidos.

Das várias alterações levadas a cabo por esta revisão, a JSD destaca algumas:

Os Conselhos Municipais de Juventude perdem a capacidade de eleger representantes para os Conselhos Regionais de Juventude;

Os pareceres emitidos pelo Conselho, em matérias de juventude, mantêm a sua obrigatoriedade mas perdem o seu carácter vinculativo;



MUNIÍPIO DE POMBAL

A Câmara Municipal disponibilizará os recursos apenas se os tiver, sendo que os espaços devem ser cedidos de forma gratuita;

As Associações de Estudantes das Escolas dos Municípios deixam de ter de estar inscritas no RNAJ para terem assento neste mesmo Conselho, contudo relativamente às restantes Associações mantém-se a obrigatoriedade.

Em suma, esta proposta é um claro sinal e um assumir de culpa, por parte do Partido Socialista, nas questões relativas a esta matéria, reconhecendo que estava errado em 2009, aquando do lançamento apressado da Lei e indo agora ao encontro de algumas das reclamações dos Municípios que, até então se tinha recusado a ouvir.

Dito isto, a JSD vem congratular este Executivo Camarário, na pessoa do Vereador da Juventude, Dr. Pedro Pimpão, pelo facto de ter aguentado firme, na real defesa dos interesses dos jovens pombalenses, perante as duras, injustas, infundadas e desesperadas críticas levadas a cabo pela Bancada Socialista, que mais uma vez segue a conduta dos seus homólogos nacionais de forma cega, de arrastão e sem qualquer tipo de ponderação acerca das medidas apresentadas.

É a política do porque sim, do temos de dizer alguma coisa, do bota a baixo constante e sem critério, em nome de uma qualquer ideia de governação que não se sabe qual é, que verdadeiramente nunca é apresentada e que, na opinião da JSD, simplesmente não existe.

A JSD não pactuará nunca, nem será conivente com esta forma de estar na política.

São estas atitudes e estes ataques constantes que afastam os jovens e os comuns cidadãos da política.

É esta escassez de ideias e o pouco rigor na defesa das mesmas que descredibilizam este e outros órgãos governativos.

Por fim, a JSD quer deixar um pequeno conselho à bancada oposta: Que desta vez sigam de facto o exemplo dos vossos representantes da Assembleia da República e admitam, pelo menos uma vez, que erraram e que as críticas que aqui, incessantemente, foram proferidas relativas a esta matéria, eram, como efectivamente ficou provado, injustas e infundamentadas.”

Odete Alves, cuja intervenção se segue:

“Irei aqui centrar-me em duas questões. Os Planos Municipais de Segurança Rodoviária e a farmácia da Almagreira.

Começando pelos Planos Municipais e pela Segurança Rodoviária, e pelo que temos verificado nos últimos tempos, tem vindo a ser marcado o nosso Concelho de forma dramática, particularmente nas últimas semanas.

Repetem-se as notícias nos jornais nacionais e locais sobre acidentes mortais e com feridos graves, acidentes que têm ceifado a vida a muito e muitas pessoas e a muitos pombalenses e por varias vezes também a pessoas que vêm de concelhos vizinhos e de outros locais do País.

Existe, de facto, um Plano Nacional de Segurança Rodoviária que pertence à tutela de entidades de âmbito nacional, designadamente, a ANSR e o Instituto de Infraestruturas Rodoviárias.

Contudo, consideramos que o poder autárquico é, sem dúvida nenhuma, o agente fundamental para a implementação de políticas locais de prevenção e segurança rodoviária, daí que um dos aspectos essenciais da estratégia nacional da segurança rodoviária 2008/2015 seja precisamente a elaboração de Planos Municipais.

As principais áreas no estudo do desenvolvimento destes Planos devem ser só cívicas, profissionais e sociais.



MUNIÍPIO DE POMBAL

O ensino de exame de condução, o comportamento dos condutores, a segurança dos veículos, a fiscalização de condutores e veículos, a melhoria de infraestruturas de socorro e apoio à vítima, os estudos sobre segurança rodoviária e sua análise, a cooperação de entidades e comunicação. É importante que as autarquias criem, elas mesmas, um observatório com equipas multidisciplinares, técnicos que analisem os acidentes, que identifiquem a rede rodoviária, que identifiquem situações a corrigir, que identifiquem os pontos negros onde habitualmente acontecem mais acidentes. Estes observatórios conjugados com os observatórios que já existem dos Governos Cívicos serão, certamente, instrumentos fundamentais para a elaboração destes Planos de Segurança Rodoviária, pois estes observatórios contêm, por si só, informação fundamental para a sua execução.

Mas é necessário, igualmente, harmonizar estes Planos entre Municípios pela intervenção das Comunidades Intermunicipais, de forma a corresponder e a responder às necessidades de cada Concelho, mas assentes em critérios globais.

Não obstante a não obrigatoriedade, para já, da elaboração destes Planos pelas Autarquias, existem já vários Municípios no País a proceder à sua elaboração em parceria com a ANSR, as Universidades e os Governos Cívicos.

Os números de sinistralidade são preocupantes sobretudo no nosso Concelho e é por isso urgente que todos nos empenhemos a um nível concelhio neste objectivo comum de reduzir os números de sinistralidade e também de colocar os mais novos a alterar comportamentos.

- *Assim, deixando aqui estas ideias, aproveitamos para perguntar ao Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara a que ponto é que a Câmara de Pombal está empenhada na elaboração destes Planos Municipais de Segurança Rodoviária?*
- *Se tem já um observatório de sinistralidade rodoviária?*
- *Que medidas pensa pôr em prática para o desenvolvimento e elaboração do Plano Municipal? e,*
- *Qual o prazo previsto para a elaboração desse Plano?*

No que diz respeito à Farmácia de Almagreira queremos apenas deixar aqui um aplauso para a decisão do INFARMED que veio decidir então pela abertura de um concurso público para a instalação de uma farmácia, um posto farmacêutico, na freguesia de Almagreira. Também saudamos aqui o facto de esta decisão ter sido possível não só porque os fregueses de Almagreira, numa iniciativa do Partido Socialista que se realizou na Freguesia de Almagreira, comunicaram esta preocupação que era um problema que eles sentiam, porque a farmácia existente se transferiu para outra Freguesia e, portanto, ficaram ali sem posto farmacêutico.

Nesse evento esteve presente um deputado do PS, o doutor José Miguel, que também nesse mesmo evento assumiu o compromisso de dar conhecimento na Assembleia da República dessa mesma preocupação.

Os deputados eleitos no círculo eleitoral de Leiria formularam na Assembleia da República essa questão que veio a culminar depois nesta decisão, que veio de encontro àquilo que eram as necessidades da população.

Queremos aqui saudar, porque isto é um exemplo em como a comunhão de esforços com um objectivo comum é eficaz e permite derrubar às vezes barreiras que parecem intransponíveis, este tipo de iniciativas.

O Partido Socialista manifesta desde já que estará inteiramente disponível para este e outros tipos de iniciativas com vista a ir de encontro àquilo que são as necessidades das populações do Concelho.”



MUNIÍPIO DE POMBAL

Andreia Marques, cuja intervenção se segue:

“Este ano iremos assistir, em Pombal, às obras do PRU - Parcerias para a Regeneração Urbana. Isto é, de acordo com o citado no site da Câmara Municipal, um projecto ambicioso de remodelação urbana a uma escala nunca vista no Concelho de Pombal.

As obras, que ascendem a um total de mais de 13 milhões de euros, são financiadas em 80% pelo FEDER e foram sujeitas a concurso público com o Programa Mais Centro e com o apoio do QREN. Conhecendo este projecto e sabendo que 3 milhões e 800 mil euros serão investidos na reconstrução e reestruturação da área histórica de Pombal, parece-nos importante salientar que o PRU é um programa que trabalha ao nível da reestruturação das redes de água, luz e gás, para dotar a zona histórica de excelentes condições, aliás, demasiado boas para não ser habitada.

Visto isto, devo salientar que uma das principais bandeiras da JSD, apresentada e defendida em campanha eleitoral, foi precisamente o arrendamento jovem.

Assim, e porque é cada vez mais difícil adquirir casa, a solução passa muitas vezes pelo arrendamento.

Contudo, a busca pela casa certa nem sempre é fácil, chegando mesmo a tornar-se uma verdadeira odisséia. Muitas são, de facto, as casas disponíveis para arrendar, mas nem todas reúnem as condições para tal.

Numa época em que tanto se fala em low-cost, também este conceito já chegou às habitações Portuguesas.

Em 2006, nasceu no Porto uma empresa, a Plano B, cujo projecto passa precisamente pela reabilitação da baixa do Porto. O objectivo deste projecto é recuperar prédios inteiros, disponibilizando 90% para o mercado de arrendamento, tentando que o custo final seja realmente baixo. Com o projecto low-cost houses pretende-se arrendar apartamentos T0 e T1 mobilados e equipados, a partir de 300 euros mensais, com despesas de água e luz incluídas.

Este projecto dispõe ainda de apartamentos para venda, no qual temos duas hipóteses: Do it yourself, em que o cliente toma parte do processo de restauro e Ready-made, em que o apartamento é disponibilizado já equipado e decorado por um designer.

Será que esta não seria uma boa solução para arrendamento jovem e reabilitação e repovoação do centro histórico da nossa cidade?

Do nosso ponto de vista, esta é uma oportunidade única de revitalizar aquela zona, especialmente para os jovens, obrigada.”

Vítor Gomes, que usou da palavra como se segue:

“Eu volto a esta Assembleia com um tema recorrente, já venho a falar disto há 3 assembleias, contando com esta, e por verificar que nada foi feito no que diz respeito à mobilidade, mais concretamente, no que diz respeito à ocupação dos passeios públicos, com questões como bancas de venda ao público, com esplanadas fixas permanentes e com ocupação rodoviária.

E fiquei mais preocupado com as notícias vindas a público no semanário de Pombal, esta semana, por verificar que no local em frente à Farmácia Torres permanece uma construção ilegal e as explicações dadas ao Correio de Pombal, quer pelo proprietário da obra que considera este um assunto ligeiro, frisando a importância que a estrutura tem para as pessoas, quer pelo Edil Municipal, que informa ter sido levantado um auto mas que a Câmara ainda não procedeu à demolição da contestada rampa porque entretanto o Senhor justificou-se, dando a conhecer as razões para aquela construção, esclarecendo que o Município está a ver se se



MUNIÍPIO DE POMBAL

encontra uma alternativa, que poderá passar pela demolição, pelo pagamento de uma taxa por ocupação da via pública, ou outra mais apropriada.

O que isto quer dizer é que se está a preparar para legalizar uma obra que desde o início foi ilegal.

Isto é muito preocupante, não pelos factos, mas por se pactuar com ilegalidades e com a usurpação de bens públicos por particulares, quando o dever dos eleitos - é bom lembrar - é defender o bem comum e não os particulares.

Este é um precedente grave, porque abre as portas para que qualquer pessoa construa obras ilegais.

No fim da última intervenção nesta Assembleia, o Senhor Presidente fez um comentário que considero, no mínimo, lamentável, dizendo que algumas pessoas faziam intervenções motivadas por invejas. Eu entendi isto como dirigido à minha pessoa quando me referi, exactamente, a este problema que acabo de citar.

Quero dizer-lhe a si e à Assembleia que este é um sentimento que move os pobres de espírito e a mim, o que me move, é pura e simplesmente o interesse público, o mesmo que o devia mover a si e não parece ser o caso. Enfim, «O bom julgador por si se julga».

Outro caso que também tem a ver com a mobilidade, é a Rua do Castelo que recebeu obras de beneficiação. Eu já não vou falar na largura da Estrada e no investimento que se fez para ficar tudo com as mesmas dimensões, vou falar nos passeios que ali estão, nos postos de electricidade que ainda se mantêm no meio dos passeios, no estacionamento que é permitido naquela rua e no sentido do trânsito que já devia ter sido regulado.

Em relação aos passeios, os mesmos estão ao nível do alcatrão. Eles já por si são estreitos e como estão ao nível do alcatrão, é fácil estacionar lá carros em cima. Eu não sei se foi um erro de construção ou se foi propositado.”

Fernando Matias, cuja intervenção se segue

“Vou centrar a minha intervenção na Extensão de Saúde de Almagreira, e não posso deixar de falar no posto médico de Almagreira.

Faltou aqui muita informação da farmácia e é bom que se diga, aqui, que a Dra. Odete enviou cartas ao Ministério da Saúde, ao Senhor Primeiro-ministro e ao INFARMED.

Sei que foi feito a uma sexta-feira, presumo no dia 18 de Outubro, e qual foi o meu espanto que logo na segunda-feira fui contactado pelo Diário das Beiras a perguntar se eu tinha conhecimento disto.

Olhe, eu e o Executivo da Junta que lidero não precisamos de ir aos pulinhos para os jornais a dizer que fazemos, que nós trabalhamos.

As pessoas vêm aquilo que fazemos, e é assim que nós servimos as pessoas.

Mas, e fazendo o ponto da situação, eu queria falar da Extensão de Saúde de Almagreira.

O executivo rapidamente percebeu que não valia a pena estar a bater em determinados pontos e que devia centrar-se nos pontos que realmente interessavam à população e à Junta. E o ponto principal que interessava era a qualidade das instalações.

Rapidamente se propôs a requalificação das instalações antigas e, de facto, houve um entendimento de todas as partes e eu queria aqui agradecer à Câmara e ao ACES que de facto, deram luz verde à requalificação da Extensão de Saúde de Almagreira.

Depois chegou-se à conclusão que a solução era realmente deitar abaixo, posteriormente veio-se a descobrir que o terreno, na sua totalidade, tinha 100 m². Para solucionar isto, procedeu-se à aquisição do terreno contíguo, numa totalidade de 400 m².



MUNIÍPIO DE POMBAL

Isto para explicar porque é que as obras ainda não se iniciaram. Teve de se fazer um auto de suspensão, e o projecto teve de ser reestruturado, para a nova realidade, e isto demorou, também pelo facto de que não foi uma negociação fácil e queria também, aqui, agradecer ao proprietário do terreno. E não é para estar aqui a dizer quem é que é o pai do menino, só vos quero dizer que vai ser construída uma obra que irá orgulhar tanto os almagreiraenses como o Município de Pombal.”

Fernando Carolino, cuja intervenção se transcreve:

“O tema já é recorrente, mas o desenvolvimento é mesmo surpreendente; ficamos a conhecer agora e em detalhe algumas das passagens e conclusões do inquérito levado a cabo pelo Ministério Público no que diz respeito ao desfalque de que esta entidade foi vítima.

Também ficámos a conhecer os motivos da acusação deduzida ao infractor e aqui existem questões importantes a ter em conta.

Na folha 1386 do processo, lemos a determinada altura que, passo a citar “a 22 de Novembro de 2007 o arguido foi autorizado pelo Presidente da Câmara, Narciso Ferreira Mota, através de documento escrito, a movimentar a conta sedeadada na agência de Pombal do BPI, titulada pela Câmara Municipal de Pombal, através do serviço BPI net empresas”.

Ora, Senhor Presidente, neste ponto, o Senhor foi useiro e vezeiro em afirmar, e decorre da última acta desta Assembleia, e passo a citar, “que a conta só podia ser movimentada através de cheques e com duas assinaturas” e mais adiante no documento já aprovado por esta Assembleia “estou esperançado que se houver justiça e o tribunal funcionar, o banco vai pagar na íntegra, tudo aquilo que foi desviado à revelia de tudo e de todos nesta Câmara, ilegalmente.”

As questões que lhe coloco, Senhor Presidente, são as seguintes:

Como é que vai provar que não deu efectivamente autorização ao ex-funcionário em causa para movimentar a conta informaticamente?

Como é que vai provar ao Banco que este é responsável pelos efectivos e autorizados movimentos efectuados na conta de forma a ser esta Câmara ressarcida dos montantes sonogados, quando em arquivo bancário existe um documento assinado por si que autoriza aquele funcionário a movimentar a conta?

Se é seu hábito assinar documentação sem a ler ou sem conhecer o seu conteúdo?

Como já lhe referi, alguém da sua inteira ou parcial confiança não lhe anda a contar toda a verdade e prova disso é a conclusão do Ministério Público.

Mas ainda tenho uma outra questão a colocar-lhe:

Como é que é possível que na troca de e-mails entre esta casa, nomeadamente os seus funcionários, e uma entidade exterior, não exista conhecimento de um superior hierárquico. A que me refiro? Refiro-me simplesmente ao e-mail trocado a 29 de Abril de 2010 entre o ex-funcionário e a instituição bancária em causa.

Há efectivamente uma falsificação das assinaturas em causa, e provada pelo Ministério Público, mas se existisse um controlo de saída de e-mails; certamente não existiria este tipo de procedimento ou pelo menos evitava-se este engulho.

Pode não ter, e certamente não tem, repito, pode não ter e certamente não tem, neste processo culpas, mas o facto é comprovado: existia pouco rigor no funcionamento da Câmara, e só a boa saúde financeira deu origem a um relaxamento que deu epílogo a um desfalque vergonhoso em mais de 500.000 €.



MUNIÍPIO DE POMBAL

Senhor Presidente, o Senhor já aqui assumiu a sua quota de responsabilidade, já fez o seu rosário de contrição pessoal e político, mas há uma situação que ainda não vimos nem vislumbramos:

Afinal, quem é que foi responsabilizado pela falha da execução da Norma de Controlo Interno? Como é que os auditores desta casa apresentaram e subscreveram contas sem existir reconciliação bancária daquela determinada conta?

Para que serve a esta Câmara a existência de responsáveis financeiros, quer políticos quer de serviços, se os factos estão espelhados em mais de seis meses de abusos e regabofe financeiro, efectuado por um só autorizado funcionário da secção financeira?

Ajude-nos a entender o porquê de ainda não ter sido “chamado à pedra”, como diz o povo, quem de direito, a não ser que se queira que o Sr. Victor Leitão seja o filho único desta culpa, mas não posso acreditar que possa ficar impune tanto desleixo interno e de tanta gente envolvida.

Concluindo, Senhor Presidente, parafraseando Maria José Nogueira Pinto, eu sei que o Senhor sabe que o Senhor sabe que eu sei que posso estar a incorrer num processo judicial por difamação. A palavra é exactamente a mesma palavra que o Senhor utilizou na última reunião de Câmara para qualificar um parecer elaborado pelo Director do Departamento de Urbanismo desta Casa, é a mesma que já custou uma maquia elevada, exigida em Tribunal, a alguém que como o Senhor já ocupou essa cadeira e teve o mesmo comentário relativamente aos mesmos assuntos. Um reparo que não deixa de ter a sua ironia, é que os dois últimos Edis têm a mesma opinião do visado, em ambas as situações.

Só mais uma pergunta e que se enquadra numa questão anteriormente colocada que tem a ver com assinar documentos sem ler.

Há, nesta Câmara, alguma tradição de existir documentação sem ser datada com informação e apensa a processos em causa? Se é verdade, como é que tal é possível acontecer? Qual a experiência da sua Vereação para afirmar que documentos não datados são sempre muito estranhos?

Estranhas são as ameaças veladas e efectivas que são proferidas por si, a quem devia fazer o seu trabalho e, se calhar, como o Senhor já afirmou, queiram brilhar à margem do Presidente e, por esse motivo é que há processos para reajustes de pelouros e nomeação de Directores de Departamento.

Senhor Presidente, já Sérgio Godinho dizia nos seus versos: «Cuidado Casimiro, cuidado com as imitações.»

Aqui eu deixo-lhe, da minha lavra: Cuidado Narciso, «põe as barbas de molho», que te andam a «fazer o ninho atrás da orelha» e não é, certamente, a oposição externa, quiçá a interna, ávida de poder.”

Pedro Murtinho, cuja intervenção se transcreve:

“Vou assumir aqui o papel de almagreiraense e quero congratular-me por dois pontos.

O primeiro é o facto desta Câmara, deste Município, virar Almagreira num autêntico estaleiro de obras. É certo que nós as gostaríamos de ter há mais tempo, é certo que nós gostaríamos de ter o saneamento há mais anos atrás, mas quero aqui congratular-me por ver o saneamento em força em Almagreira, por ver a Construção do Centro de Saúde começar a ter pernas, por ver a rede viária a ser melhorada.

Mas quero aqui também deixar um reparo, uma chamada de atenção para que os serviços técnicos desta autarquia também estejam em cima do acontecimento, nomeadamente, na Rede



MUNIÍPIO DE POMBAL

de Saneamento, que está a ser construída, as obras são muitas, é necessário também haver algum cuidado por parte do empreiteiro. Neste momento a rede viária de Almagreira está intransitável. Como se costuma dizer, temos tudo de pantanas, buracos atrás de buracos, é preciso que haja uma certa fiscalização junto do empreiteiro para que tenha o normal funcionamento, portanto, eu não digo tapar já com alcatrão, não é isso que nós pretendemos, mas que haja o devido cuidado, porque neste momento, Almagreira não tem condições para se transitar e quem a conhece e quem por lá passa, sabe o que estou a dizer. E depois, é óbvio que o povo não se vai esquecer da repavimentação daquelas estradas mais importantes.

Quero aqui também falar da farmácia. Fiquei surpreendido da Dra. Odete ter aqui vindo falar do assunto de uma forma, desculpem a expressão, muito pouco humilde.

O PS só aqui veio tentar puxar para si a paternidade deste criança, como aqui se dizia há pouco, assumindo desta forma um pouco de falta de humildade em todo este processo.

Como sabem, recentemente, Almagreira viu-se privada do seu serviço farmacêutico, devido à sua deslocação para o Lourçal. Eu quero aqui reforçar que a Junta de Almagreira, e o Sr. Presidente já o disse aqui, prontamente procurou encontrar uma solução para os interesses das populações e encontrou, um mês depois, um parceiro que permitia às pessoas deixarem as receitas na sede da junta e os medicamentos serem entregues no domicílio, queria que as pessoas não se esquecessem disso. Mediante a lei que estava em vigor, esta deslocalização impedia a respectiva substituição de imediato.

Queria aqui também lembrar o Partido Socialista, que era necessária a abertura de um concurso público por parte do INFARMED, e no dia 12 de Janeiro foi publicado este Concurso para a instalação deste novo posto farmacêutico para a Freguesia de Almagreira.

Congratulo-me por isso, até porque não nos podemos esquecer que Almagreira é uma Freguesia que tem mais de 4.000 habitantes, tem um ficheiro de um Centro de Saúde com mais de 1.500 utentes, e portanto, é uma Freguesia com potencial e apetecível e isso veio-se a verificar pelas imensas candidaturas que foram apresentadas a este concurso.

Não me interessa descortinar quem é o responsável por trazer este Posto Farmacêutico para Almagreira, uma coisa é certa: A mesma Portaria que permite a deslocalização de uma farmácia também permite que os Municípios apresentem requerimentos a pedir a abertura de concurso público para novo posto farmacêutico.

Quero aqui, em nome dos almagreirenses, agradecer todas as petições que o Dr. Miguel Medeiros apresentou na Assembleia da República, agradecer o requerimento que este Executivo endereçou ao INFARMED, todos os ofícios que enviou para o Ministério da Saúde.

O que me interessa é que Almagreira venceu em todo este processo.”

João Coelho, cuja intervenção se segue:

“Dirijo-me à Câmara, na pessoa do seu Presidente, de uma forma muito sucinta, com um elogio e uma pergunta.

Recebi, ontem, com agrado a notícia, através de uma rádio local, que 136 Municípios em Portugal vão devolver os 5% de participação no IRS, a que têm direito, a cada um dos seus Municípios.

É com agrado que revejo que Pombal é um desses Municípios e, portanto, a primeira pergunta, uma vez que só tive informação por parte desse órgão de comunicação social, é no sentido de saber se esta notícia se vai confirmar? Se, efectivamente, vai haver uma devolução dos 5% de participação no IRS por parte da Câmara Municipal de Pombal e, se assim for, eu saúdo essa decisão e espero que ela seja acompanhada de igual ponderação, nomeadamente, na discussão de Impostos e Taxas Municipais que tanta divisão já originou em momentos anteriores.



MUNIÍPIO DE POMBAL

Esta evolução da maioria que lidera esta Câmara Municipal, a confirmar-se, é de registar por parte do Partido Socialista.

Em relação ao segundo ponto, antes de começar, tenho de fazer uma declaração de interesses. Como saberão, sou sócio e director de uma escola com contrato de associação, ainda que seja a 100 km de Pombal, no entanto, visto que me vou referir ao tema, achei conveniente dizer que sou parte interessada no tema, naturalmente, toda a minha opinião tem que ser entendida sob este prisma.

O que nós vimos desde o dia 4 de Novembro de 2010, no Conselho de Ministros, foi um ataque sem precedentes, por parte do Ministério da Educação, ao Ensino Particular e Cooperativo, nomeadamente, às Escolas com Contrato de Associação.

O nosso Concelho, nesse aspecto, é altamente visado visto que tem quatro escolas com contratos de associação, nomeadamente, o Instituto D. João V, o Colégio Cidade Roda, o Externato Liceal de Albergaria dos Doze e o Colégio João de Barros.

São escolas conhecidas por todos nós, enquanto pombalenses, mas são escolas que têm ainda o mérito de, através de processos educativos diferenciados, levar o nome de Pombal por todo o País, não só pela excelência do seu ensino, pelos resultados que os seus alunos obtêm em termos escolares, mas também por iniciativas várias e são bem conhecidos os feitos desportivos de alunos ou de equipas patrocinadas por estas escolas.

O ataque que eu lamento, profundamente, e que o Ministério da Educação decidiu lançar a este tipo de contratos, tem consequências evidentes não só na estabilidade destas escolas, visto que há um erro primeiro que é confundir estas escolas com as escolas profissionais e, portanto, a diminuir a participação financeira a um ponto que tornará inevitavelmente insustentável a sua continuidade e, possivelmente, o seu fecho.

Para 2011/2012 estamos em fase de discussão da rede educativa. O estudo encomendado pelo Ministério da Educação prevê uma diminuição de turmas, um pouco por todo o País, para estes colégios, e eu quero relembrar, no seguimento do documento que foi apresentado pelos Sindicatos.

Em Pombal, temos uma previsão de menos uma turma para o Externato Liceal de Albergaria dos Doze, menos uma turma para o Colégio João de Barros e menos sete turmas para o Instituto D. João V, mantendo-se o Colégio Cidade Roda com o mesmo número de turmas.

O Instituto D. João V perde 4 turmas no ensino básico e três turmas no ensino secundário.

A minha pergunta, Senhor Presidente da Câmara, é:

A Câmara já foi informada desta intenção, de modo concreto, por parte do Ministério da Educação? Quais são as turmas que saem? Para onde é que vão? Com que meios é que estes alunos vão ser transferidos para outras escolas?

Por outro lado gostava de saber a posição da Câmara Municipal de Pombal, visto estarmos num Concelho tal vital para estes Colégios e em que estes Colégios são vitais, também, para prestar um serviço público de ensino aos pombalenses.

Gostava ainda que fizesse um breve comentário em relação a uma expressão que este mesmo estudo tem inscrita em relação à rede de transportes públicos de Pombal, mostrando preocupação pela possível transferência destes alunos em transportes públicos, dizendo que esta rede de transportes públicos de Pombal é débil.”



MUNIÍPIO DE POMBAL

Leovigildo Fernandes, cuja intervenção se segue:

“Um dos pontos que me trazem aqui é manifestar publicamente o meu descontentamento e desagrado pela falta de respeito e consideração pelas Autarquias Locais, por parte de alguns empresários de exploração florestal, nomeadamente, na forma como têm usado e abusado de um projecto extremamente enriquecedor para as Freguesias do Carriço e da Guia, tentando danificar toda a estrutura da ciclovia.

Felizmente, e agradeço ao Município a postura que tem tido de controlo e fiscalização daquele projecto e da forma como tem tentado dissuadir a forma abusiva como aquele projecto tem sido tratado.

É preocupante vermos pessoas que deviam respeitar os investimentos públicos não o fazerem.

Gostaria também de manifestar o meu orgulho e satisfação e dar os parabéns à Câmara, por ter assumido a concessão da Praia do Osso da Baleia.

Como sabem a época balnear de 2010 foi a última de concessão da Praia à Junta de Freguesia do Carriço e a Junta não ficou com estrutura financeira que pudesse continuar a ser concessionária daquela Praia, devido aos excessos nos cortes das transferências do Estado para as Autarquias Locais.

Foi aberto concurso, ninguém teve coragem de concorrer à concessão daquela Praia, é uma Praia extremamente cara, precisa de trabalho o ano inteiro e ainda bem que a Câmara teve essa preocupação e assumiu a sua concessão.

Queria deixar aqui um alerta às Entidades Oficiais, para que tenham o bom senso, de uma vez por todas, de assumirem a responsabilidade que têm no controlo e na segurança da Orla Costeira e que desenvolvam um projecto urgente para que se possa preservar a nossa costa.

Na última intempérie a duna secundária foi cortada em cerca de 12 metros, em quatro pontos distintos, estando a zona terciária, neste momento, também em risco de ser arrastada.

Espero que não venha mais nenhuma intempérie, porque se isso acontecer, corremos o risco de, a qualquer momento, ficarmos sem praia. É urgente que se crie uma estrutura que não possibilite a entrada do mar da forma como está a ser feita.

Penso que a ARH e o INAG têm responsabilidades acrescidas e devem ter essa preocupação, principalmente em estruturas desta natureza.

Também quero aqui manifestar, por um lado, a minha satisfação por em Janeiro último ter sido publicada a Resolução da Assembleia da República 22/2011, sobre a Requalificação da Linha do Oeste.

Entendo que esta Resolução vem com carácter tardio, mas vale mais tarde que nunca, de qualquer forma não é esta Resolução que me vai convencer que o Estado vai investir na Linha do Oeste, tendo em consideração as vezes que já foi objecto de intervenção e, à última da hora, o Estado retirou a sua responsabilidade.”

Manuel António, que fez a intervenção abaixo:

“Eu queria trazer aqui, novamente, o nome e a memória de José Maria Duarte Júnior.

Sendo ele guicense queria, desde já, agradecer ao Senhor Presidente da Assembleia ter proposto aqui um voto de pesar e termos prestado homenagem com um minuto de silêncio, o quanto nos honrou, a todos nós, este pombalense.

Correndo o risco de ser muito difícil falar do José Maria Duarte Júnior, principalmente porque fica sempre qualquer coisa por dizer de tão nobre homem. José Maria Duarte Júnior faleceu no passado dia 3 de Fevereiro e esta sexta-feira faria 92 anos. Eu tive o privilégio de privar com



MUNIÍPIO DE POMBAL

ele, de conhecer a sua personalidade e não só o mito que nós tínhamos dele, mas a própria pessoa.

Foi pena que Deus não tenha podido satisfazer um dos desejos que ele manifestava de chegar aos 120 anos, certamente que lhe foi satisfazendo outros, porque José Maria Duarte Júnior era um homem que, acima de tudo, amava a vida.

Comendador, Medalha de Ouro do Município, benemérito, era um Homem com H Grande, era um amigo, era um filho da terra, era um homem de gestos simples mas de grande profundidade. Era um homem que deixa a todos uma grande saudade, mas aos guianenses deixa um, profundo sentimento de perda. José Maria Duarte era um homem único, daqueles que nos fazem dizer “Já não se fazem homens assim.”

Bem sei que o Senhor Presidente da Câmara e o seu Executivo tudo farão para que a memória de José Maria Duarte Júnior seja perpetuada para todo o sempre de forma a que todos os presentes e os vindouros o recordem como José Maria Duarte Júnior, um homem bom.”

Rodrigues Marques, que disse o seguinte:

“Eu tinha pedido a palavra para dar também uma nota sobre o falecimento do Senhor Comendador José Maria Duarte Júnior, mas em função daquilo que foi dito nada sou capaz de acrescentar, a não ser lamentar a sua perda.

Gostava de referir duas palavras em relação à intervenção do Dr. Carolino.

Eu já o escrevi e entendo que a estratégia que o partido Socialista tem tido nesta Assembleia Municipal, é um pouco a caminhar para a falta de outras bandeiras que deviam ser apanágio do Partido Socialista, e não são.

Eu não tenho ideia nenhuma do Partido Socialista lançar aqui à discussão uma questão de fundo sobre a vida da Autarquia e utiliza tácticas para tentar camuflar essa sua lacuna.

Eu pergunto ao Dr. Fernando Carolino se, no final dos anos 80, qual era a responsabilidade do então Presidente da Câmara, que não era o Eng.º Narciso Mota, de a perda de um cheque entre o apartado dos correios e a Câmara de um elevado montante que vinha da CCR.

Esse cheque foi perdido e andou-se uma série de tempo a perguntar à CCR onde estava o cheque e a CCR a dizer que já o havia enviado, quando ele tinha sido perdido por quem tinha isso ao correio e que tinha competências delegadas do Presidente de Câmara de então para ir ao apartado buscar o correio. Esse funcionário foi diligente e viram-se atrapalhados para conseguir recuperar o cheque.

A outra situação prende-se com uma listagem que uma vez apareceu nas contas da Câmara, em que havia um fornecedor a quem tinham sido pagos 70 mil contos e que não era, nem mais nem menos, do que o Presidente da Câmara.

Eu pergunto-lhe o que seria do coitado do Presidente da Câmara se lhe fosse assacada a responsabilidade por um negligente empregado desta casa ter colocado num papel um fornecedor, que não era, nem mais nem menos, do que o então Presidente da Câmara.

O Partido Socialista deve agarrar em bandeiras, defendê-las e não andar agarrado a tácticas.”

Fernando Carolino, que respondeu como se segue:

“Tenho a dizer duas coisas:

Primeiro, nessas duas questões, em nenhuma delas a Câmara ficou lesada. O cheque apareceu e os 70 mil contos que estavam inscritos nunca saíram dessa situação.

A segunda situação é a seguinte: Esta Câmara Municipal, de hoje, de ontem e dói futuro, há-de ter sempre alguém que se chama Presidente da Câmara, ou seja, entidade máxima responsável politicamente pela gestão política e não só de toda a Edilidade. Mal seria pedir e assacar



MUNIÍPIO DE POMBAL

responsabilidades ao Senhor Presidente da Câmara por qualquer clipe que caísse no chão, mas há situações de extrema gravidade, como por exemplo um desfalque de 500.000 euros que, efectivamente, têm que ser assacadas responsabilidades, quanto mais não sejam, as políticas, para se entender esta situação.”

Guilherme Domingues, cuja intervenção se segue:

“O assunto que eu pretendo tratar aqui é um assunto de enorme actualidade e de grande gravidade.

Através do despacho conjunto do Ministério dos Negócios Estrangeiros, do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território e do Ambiente, datado de 7 de Julho de 1999, o IPCC, actualmente Instituto Geográfico Português, foi incumbido de elaborar uma Carta Administrativa Oficial que registasse o estado de delimitação e demarcação das circunscrições administrativas do País, nomeadamente, das Freguesias e dos Municípios.

No mesmo preâmbulo, explica-se a razão de ser da criação dessa Carta Administrativa.

A delimitação administrativa do País é essencial à boa administração do território e ao cumprimento da obrigação do Estado no plano nacional e internacional, para a obtenção de informação necessária a múltiplos objectivos.

A insuficiência, incorrecção ou omissão de delimitação administrativa oficial provoca por isso problemas às entidades públicas e privadas que necessitem de recorrer a tal instrumento de informação. Entidades essas que serão, por exemplo, o INE e a DGAL. Isto foi em 1999.

O IGP começou por elaborar uma primeira versão desta carta administrativa oficial de Portugal, com base num mapa, ou numa carta e em circunscrições desenhadas pelo instituto nacional de estatística, por ocasião dos Censos de 2001.

Temos à porta os Censos 2011, e no que se refere ao Concelho de Pombal, esta situação é profundamente vergonhosa. Nenhuma das Freguesias do Concelho de Pombal tem os seus limites traçados correctamente.

O Município de Pombal não tem os seus limites traçados de uma forma correcta. Por exemplo, a freguesia de Abiul tem cerca de 40 habitações, pertencentes a essa freguesia, que fazem parte da freguesia de Santiago da Guarda, Concelho de Ansião.

Entre Pombal e Vermoil, o lugar da Ranha, na sua grande maioria a parte que pertence a Pombal, está como pertencendo a Vermoil e entre Vermoil e Carnide sucedem-se exemplos exactamente iguais.

Efectivamente, os Censos de 2011 vão ser elaborados com o mesmo mapa que foi apresentado nos censos de 2001, apenas rectificado no que diz respeito aos limites com o Concelho de Leiria. No que a isto diz respeito, Leiria, por ocasião da revisão do PDM, fez a revisão da sua Carta Administrativa e efectivamente, os limites com o Concelho de Pombal, com escassas excepções, estão correctos.

No que diz respeito ao Concelho de Pombal, isso não acontece.

Ora, o IGP, em 2003, com base, efectivamente, nessa Carta, remeteu ao Município de Pombal uma primeira versão da Carta Administrativa Oficial de Portugal, carta essa, para ser validada pelas autarquias, para ser validada pelo Município de Pombal.

O Senhor Presidente da Câmara, em 2007, dirigiu aos Presidentes de Junta um ofício a convocar para reuniões destinadas à análise de uma dessas versões da Carta Administrativa Oficial de Portugal. Fizem-se efectivamente reuniões, nesse mesmo ano de 2007.

O que é feito das actas dessas reuniões?



MUNIÍPIO DE POMBAL

O que é feito desse trabalho que foi feito, em que os Presidentes de Junta de envolveram? Nós agora, por ocasião de preparação dos censos de 2011, fomos confrontados com esta realidade.

De facto, não contem comigo para continuar a manter esta situação.

Os serviços do Município devem trabalhar, seja de dia, seja de noite, o tempo que for necessário, para que, em tempo útil, as Cartas sejam efectivamente corrigidas.

É vergonhoso, as Freguesias e o próprio Município foram, durante estes últimos 10 anos, prejudicados por causa de uma Carta Administrativa que não foi validada pelo Concelho de Pombal.

As autarquias do Concelho de Pombal não validaram ao IGP esta carta administrativa e oficial de Portugal, no entanto, foi esta mesma Carta que ao longo dos anos tem servido para a DGAL fazer o cálculo do FEF. Isto não pode acontecer, isto é negligência de mais, para quem tem efectivamente, responsabilidades.

O tempo está a correr para uma operação muito importante, não faz sentido nenhum que o Município, tendo ao seu dispor meios técnicos, pessoas habilitadas, que tenha em seu poder actas de reuniões onde as Freguesias disseram expressamente que estavam de acordo relativamente aos limites, que sempre foram os limites daquelas freguesias, e que essa documentação não tenha saído da Câmara Municipal de Pombal.

Isto envergonha-me e eu não consigo tolerar esta situação. Eu não quero continuar, não quero participar numa operação de Censos cujos resultados estão à partida falseados e não quero continuar a ter a minha Freguesia prejudicada porque alguém não corrige os limites da Freguesia e não quero estar num Concelho que tem os seus limites incorrectos.

Senhor Presidente da Câmara, a sua autoridade exige que esta situação seja resolvida em tempo útil, e é isso que lhe peço.”

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que respondeu como se segue:

“Como poderão depreender será humanamente impossível responder a catorze interpelações, mas vou procurar, depois de duas horas de debate, ser sucinto e tentar responder, e peço que me tolerem, porque se houver alguma falta de resposta, estão aqui os Pelouros e os quadros técnicos da Câmara, somos uma câmara aberta que está preparada para responder cabalmente a todas as perguntas que nos sejam feitas.

Quero-vos dizer, aqui, de olhos nos olhos, que por princípios de confiança e de honestidade, continuo a acreditar nos Vereadores, continuo a acreditar em todos os funcionários desta Câmara, a todos os níveis, e rendo-lhes aqui os meus votos sinceros de apreço e reconhecimento pelo trabalho que têm vindo a desempenhar, neste Município.

Entendo que os tempos que decorrem devem ser de união, de complementaridade, de oposições construtivas, verdadeiras, autênticas, e não de politiquices, porque o País está cheio de politiquices e eu não quero que ela se apodere desta Câmara Municipal.

Vou responder, em primeiro lugar, ao Senhor Deputado Tiago Galvão. Considero que tem sido feito um bom trabalho no Pelouro da Juventude, não com politiquices, mas com conhecimento daquilo que efectivamente a juventude necessita que se faça, em prol da sua estabilidade, criação do primeiro emprego na vida activa, nos problemas de alojamento.



MUNIÍPIO DE POMBAL

Sei que entrou na Assembleia da República, agora, a Lei para o Conselho Municipal da Juventude, por parte de dois partidos, portanto, Senhor Vereador da Juventude, daqui a pouco leia isso tudo ao senhor Deputado, porque nós aprendemos sempre uns com os outros e pode ser que ele também aprenda algo sobre isso.

Sobre o Parque Verde, quero dizer que o Parque Verde não está ignorado, quero dizer que todas as urbanizações que foram aprovadas, durante o tempo que eu estive aqui ficaram com espaços verdes de acordo com a lei e devidamente limitados.

Posso frisar a Urbanização das Oliveiras, a Urbanização das Cegonhas, a Urbanização da Gualdim Pais, bem como todo o corredor ribeirinho que foi requalificado como espaço verde. Temos 20.000m² de terreno adquirido junto ao Açude para ser Parque de Merendas e Zona Verde e temos o pinhal da Rola a ser devidamente ordenado e limpo para ser uma zona verde de excelência. Portanto, quanto às zonas verdes, não creio que tenham sido descuradas.

Em relação à Sra. Deputada Odete Alves, devo dizer que eu participo nas reuniões da Comissão Distrital da Prevenção e Segurança Rodoviária a nível Distrital, e quando não participo eu, participa o Comandante da Protecção Civil.

Estão lá todos os agentes, desde a Junta Autónoma de Estradas, Brisa, Direcção das Florestas, PSP, GNR aos autarcas, e nós sabemos onde é que estão os pontos fracos em termos de mobilidade, em termos de segurança.

Já há seis ou sete anos pedimos várias passagens desniveladas na EN1, um nó entre o Barracão e as Meirinhas para facilitar a entrada na A1 e desanuiar a Nacional que é uma estrada que, em termos ambientais, não se justifica que ela esteja assim, sem ser qualificada.

Estamos a fazer tudo ao nosso alcance para que a mobilidade e a segurança sejam mais significativas, porque têm havido muitos acidentes que nem sempre são causados pela qualidade das vias. Portanto penso que fizemos aquilo que era possível fazer. A estrada que vai do Barracão para a Guia já está em início de construção no Concelho de Pombal, o nó à saída de Pombal que vai ser uma interligação mais curta à estrada 109, à A17 e ao IC8, espero que isso se faça e que haja apoio em termos de candidaturas, para que isso possa ocorrer.

Também ainda não houve qualquer abertura por parte do QREN para que o Plano Municipal de Segurança Rodoviária possa ocorrer.

Em relação ao Sr. Deputado Vítor Gomes que também falou na mobilidade, devo dizer que aquele acesso à farmácia foi feito por imperativo legal.

E põe-se de facto a questão de aquilo ser público ou privado. Não vou mandar demolir aquilo, como devia ser do interesse da Bancada da oposição, porque aquilo foi feito a pensar nos clientes, é de interesse público, é para os deficientes, e ao contrário de muitos edifícios aqui em Pombal, foi construído por imposição legal e para ser construído dentro da farmácia, tornava pouco prática a utilização da mesma.

Em relação à Rua do Castelo, temos possibilidade de ter ali uma estrada de sentido único.

Relativamente ao Senhor Deputado Fernando Carolino, empregado bancário, eu quero dizer que está mais interessado em defender o banco que o nosso Município, por isso é que ele fala assim.

Eu já passei uma procuração ao advogado respectivo para defender a nossa Câmara Municipal e aquilo que ele disse não corresponde à verdade.

Este funcionário que tinha a minha confiança, estava aqui há 33 anos, tinha pedido a reforma, apresentou no meu Gabinete uma ficha para ser conciliador do banco, fez-se uma cruzinha, assinou o Senhor Presidente da Câmara e assinou a Tesoureira e depois ele chegou ao balcão



MUNIÍPIO DE POMBAL

do banco e como ele era também angariador de clientes do banco e disseram-lhe: “tu podes fazer aqui os movimentos da conta.”

Quem fala assim não é bom para fazer oposição, é bom para dividir, e tenho de o dizer com toda a indignação e com toda a revolta, porque foi a coisa que mais me marcou e me tirou o sono em mais de 44 anos de actividade profissional.

É lamentável que um jovem que é empregado de um banco defenda o banco e não defenda a Câmara. Indigna-me ele vir para aqui tentar dividir e crucificar.

Eu nunca deixei de assumir as minhas responsabilidades, mobilizei de imediato dois vereadores e comunicámos com a polícia judiciária, tudo de forma muito célere e por isso é que o homem foi logo preso na segunda-feira.

Continuo a confiar nas pessoas que aqui trabalham, porque se nós fossemos a duvidar estávamos numa sociedade selvagem e não estávamos numa sociedade de autenticidade, de verdade, de honestidade e de responsabilidade. Eu quero viver nessa sociedade e não numa sociedade de desconfiança e de indivíduos parasitários e corruptos, porque se a corrupção aqui for detectada nesta Câmara, ela é logo repudiada e são logo accionados os mecanismos, porque eu não dou esse exemplo como técnico e como político.

O André Coelho falou aqui no IRS, disse que havia cento e tal Municípios a devolver a participação no IRS. Devo-lhe dizer que isso não corresponde à verdade, são 150 Municípios para 2012, em 2011 há cerca de 40 Municípios uns com redução de 4%, outros 2,5% e outros ainda com 1%.

Nós, para isso temos que o aprovar em Assembleia Municipal e em reunião de Câmara e isso não foi feito.

O nosso Município, o ano passado, já recebeu menos e este ano vai receber menos 1,5 milhões de euros, de acordo com a imposição da Lei das Finanças Locais

A nossa Câmara está bem de finanças porque temos a responsabilidade de saber adiar obras, de pagar os projectos e de adjudicar a obra somente quando temos a certeza de que temos fundos para a pagar atempadamente.”

Dr. Guilherme, está cá um técnico do SIG para tratar disso e tem tido reuniões com os Senhores Presidentes de Junta e penso que temos de ir à fonte e se eu não fosse à fonte muitas vezes, então se isto anda menos bem, andava bem pior.”

Ponto 2.1 - Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que prestou os esclarecimentos que entendeu pertinentes, colocando-se à disposição dos membros da Assembleia, para quaisquer esclarecimentos.

Colocada a informação do Presidente da Câmara a discussão não se verificou qualquer inscrição, passando-se, de imediato, ao ponto seguinte.

Ponto 2.2 - Designação do Representante da Assembleia Municipal na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens.

O Senhor Presidente da Assembleia informou que estava aberto o período de aceitação de propostas. De seguida informou ter entrado na Mesa a seguinte Proposta da Bancada do PSD:



MUNIÍPIO DE POMBAL

“Nos termos da lei em vigor e ao abrigo da disposição regimental aplicável, os membros da Assembleia Municipal abaixo assinados, propõem a eleição da Dra. Eliana Varalunga, advogada e membro deste Órgão, para tomar o lugar de representante desta Assembleia na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco de Pombal.”

Não tendo dado entrada mais nenhuma proposta na Mesa, passou-se à votação por escrutínio secreto.

Terminada a votação, o Senhor Presidente chamou para proceder à contagem dos mesmos, as Deputadas Municipais Odete Alves e Andreia Marques.

Terminada a contagem verificou-se ter sido a proposta aprovada, com trinta votos a favor e nove votos em branco.

Ponto 2.3 - Leitura e discussão e votação da proposta da Câmara sobre Actualização ao Regulamento do Parque de Estacionamento Subterrâneo da Praça Marquês de Pombal.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que prestou os esclarecimentos que entendeu pertinentes, colocando-se à disposição dos membros da Assembleia, para quaisquer esclarecimentos.

Colocado este ponto a discussão não se verificou qualquer inscrição, pelo que foi o mesmo aprovado por unanimidade e por minuta.

Ponto 2.4 - Leitura e discussão e votação da proposta da Câmara sobre Actualização do Regulamento Geral das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada da Cidade de Pombal.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que prestou os esclarecimentos que entendeu pertinentes, colocando-se à disposição dos membros da Assembleia, para quaisquer esclarecimentos.

Colocado este ponto a discussão não se verificou qualquer inscrição, pelo que foi o mesmo aprovado por unanimidade e por minuta.

Ponto 2.5 - Leitura e discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Delegação de Competências de Gestão, Exploração e Manutenção da Cafeteria do Castelo de Pombal.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que prestou os esclarecimentos que entendeu pertinentes, colocando-se à disposição dos membros da Assembleia, para quaisquer esclarecimentos.

Colocado este ponto a discussão não se verificou qualquer inscrição, pelo que foi o mesmo aprovado por maioria, com uma abstenção.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.



MUNIÍPIO DE POMBAL

Ponto 2.6 - Leitura e discussão e votação da proposta da Câmara sobre Rectificação de Deliberação.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que prestou os esclarecimentos que entendeu sobre a necessidade de rectificação da deliberação, conforme documento previamente distribuído por todos e que se transcreve:

“Ponto 14.0 -Proposta de Rectificação de Deliberação.

Foi presente à reunião uma proposta da Senhora Vereadora do Pelouro de Desenvolvimento e Promoção Turística, que a seguir se transcreve:

“1. O Registo Nacional de Pessoas Colectivas indeferiu o pedido de admissibilidade do nome ACMMM- Agência dos Castelos e Muralhas Medievais do Mondego, com fundamento na violação do art.º 36.º, n.º 1 do Regime Jurídico do Registo Nacional de Pessoas Colectivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 129/98, de 13 de Maio, que impõe a menção da natureza associativa da pessoa colectiva no respectivo nome ou designação:

2. Na sequência de reclamação apresentada, o RNPC sugeriu a inclusão da expressão “para o Desenvolvimento” na designação da agência, como forma de possibilitar a respectiva admissibilidade;

3. Atenta a urgência na constituição da entidade, por força dos compromissos no âmbito do QREN, foi submetido novo pedido com as adaptações sugeridas, aprovado em 30/12/2010 ficando a agência com a seguinte designação:

Agência para o Desenvolvimento dos Castelos e Muralhas Medievais do Mondego.

Face ao exposto, propõe-se que a Câmara Municipal delibere, em aditamento à deliberação de 22 de Setembro de 2010, proceder à rectificação da designação da pessoa colectiva a constituir para Agência para o Desenvolvimento dos Castelos e Muralhas Medievais do Mondego.

Atendendo a que a rectificação supra incide exclusivamente sobre a designação da pessoa colectiva por força de imposição legal, consubstanciando, no entanto, uma alteração aos estatutos, deverá a mesma ser submetida à Assembleia Municipal para aprovação.”

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta supra transcrita e remeter a presente deliberação à Assembleia Municipal para efeitos de aprovação, com o pedido de a deliberação a tomar ser por minuta, para efeitos de execução imediata.”

Colocado este ponto a discussão não se verificou qualquer inscrição, pelo que foi o mesmo aprovado por unanimidade e por minuta.

Ponto 2.7 - Leitura e discussão e votação da proposta da Câmara sobre a construção de redes de saneamento em Antões e Moita de Boi e drenagem dos lugares de Antões, Antões de Além, Castelhanas e Biqueiras, estações elevatórias e emissários gravíticos, que constam no processo 77/2008, pedido de autorização nos termos do artigo nº 6 22º do decreto-lei nº 197/99 de 8 de Junho.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que prestou os esclarecimentos que entendeu pertinentes, colocando-se à disposição dos membros da Assembleia, para quaisquer esclarecimentos.



MUNIÍPIO DE POMBAL

Colocado este ponto a discussão não se verificou qualquer inscrição, pelo que foi o mesmo aprovado por unanimidade e por minuta.

Ponto 2.8 - Leitura e discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Revisão dos Documentos Previsionais.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que prestou os esclarecimentos que entendeu pertinentes, colocando-se à disposição dos membros da Assembleia, para quaisquer esclarecimentos, relativamente à proposta da Câmara previamente distribuída e que se transcreve:

“Ponto 19.0 – Revisão aos Documentos Previsionais – Proposta.

Foi presente à reunião a seguinte Proposta do Senhor Presidente:

“1ª REVISÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS

“1 – No âmbito do acordo celebrado com a Administração Regional de Saúde do Centro (ARSC), o Município de Pombal assumirá o papel de dono da empreitada de “Ampliação do Centro de Saúde de Pombal”.

Integrado nesta intervenção, o parque de estacionamento de superfície confinante ao Centro de Saúde, será requalificado em empreitada conjunta à da Ampliação do Centro de Saúde, e submetidos num só procedimento, a concurso público.

Esta empreitada, que aglutina duas áreas de intervenção distintas (Saúde e Estacionamento), requer dotação inscrita nas Grandes Opções do Plano 2011/2014, em nova rubrica a criar no Objectivo “Saúde” e reforço da rubrica existente no Objectivo “Parques de Estacionamento”, descrita como “Construção do Parque de Estacionamento junto ao Centro de Saúde”, para efeitos de correcta execução das GOPs bem como para promover um melhor controlo sobre a construção do centro de saúde, sujeito às várias vertentes de financiamento estatal e comunitário.

Partindo de estimativa orçamental, prevê-se uma execução financeira da empreitada, ainda este ano e que se estende até ao ano de 2012, nos montantes abaixo descritos:

Em Euros

	<i>Ano de 2011</i>	<i>Ano de 2012</i>
<i>Ampliação do Centro de Saúde de Pombal</i>	<i>450.000,00</i>	<i>1.150.000,00</i>
<i>Parque de Estacionamento junto ao Centro de Saúde</i>	<i>150.000,00</i>	<i>1.450.000,00</i>
<i>Total</i>	<i>600.000,00</i>	<i>2.600.000,00</i>

Esta modificação orçamental, com a figura de revisão, permite aumentar o valor global da Despesa para 2011 em € 900.000,00.

Este aumento é suportado pelo valor da Receita, sustentada na reprogramação financeira submetida na plataforma Mais Centro, relativa à candidatura de Recuperação e Revitalização do Castelo de Pombal e Zona Envolvente, que por via do Memorando de Entendimento relativo às medidas a adoptar para promover a Execução dos Investimentos de Iniciativa Municipal. Desta reprogramação, resulta um acréscimo de financiamento comunitário, correspondente ao valor inscrever e, conseqüentemente, viabilizando o aumento global da receita prevista em € 900.000,00, que irão permitir dotar os projectos atrás referidos em € 600.000,00 e libertar €



MUNIÍPIO DE POMBAL

300.000,00 para reforço de outros projectos, perfazendo a despesa global o valor acima referido.

2 – No Plano Plurianual de Investimentos, no Objectivo 2.4.3.1. (Saneamento), a designação da rubrica inscrita no Proj/Acção 023804, não está concordante com o descritivo no projecto de execução. Assim, onde se lê “Construção dos Emissários E2, E2.1 e E2.1.1” deve ser “Construção dos Emissários do Carriço – Louriçal (E.2, E.2.1, E.2.2 e E.2.2.1)”.

3 – Para proceder de acordo com o que é exigido nos pontos anteriores, impõe-se que preceda-se, em conformidade com o ponto 8.3. do POCAL, à aprovação da:

- a) Revisão ao Orçamento 2011 e
- b) Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos 2011-2014,

4 - A revisão consubstancia-se:

a) Do lado do Orçamento 2011:

- i) No reforço das dotações da receita em € 900.000,00
- ii) No reforço das dotações da despesa em € 900.000,00

b) Do lado do Plano Plurianual de Investimentos 2011-2014:

- i) Em criar a uma rubrica no Objectivo 2.2.1 “Saúde \ Serviços Individuais de Saúde”, designada como “Ampliação do Centro de Saúde de Pombal”, e dotá-la com € 450.000,00 para o ano em curso e 1.150.000,00 para o ano de 2012,
- ii) Em dotar o projecto/acção 04 “Construção do Parque de Estacionamento junto ao Centro de Saúde” do Objectivo 3.3.1.2., em € 150.000,00 para o ano em curso e € 1.450.000,00 para o ano de 2012,
- iii) Em dotar o projecto identificado como CIMU-SICO pelo valor remanescente de € 300.000,00,
- iv) Em alterar o descritivo do projecto/acção 023804 do Objectivo 2.4.3.1., de “Construção dos Emissários E2, E2.1 e E2.1.1” para “Construção dos Emissários do Carriço – Louriçal (E.2, E.2.1, E.2.2 e E.2.2.1)”

5 - É competente para a revisão a Assembleia Municipal, na moldura que define a alínea b) do n.º 2 do Artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

6 – Termos por que se impõe, pondere este Órgão:

- a) Deliberar, ao abrigo da a alínea b) do n.º 2 do Artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, solicitar à Assembleia Municipal a aprovação da proposta de revisão nos termos descritos e conforme os mapas apensos.
- b) Deliberar solicitar à Assembleia Municipal a aprovação da respectiva parte de acta por minuta, para efeitos de imediata execução.
- c) Revogar a deliberação de constituição de direito de superfície a favor da Administração Regional de Saúde do Centro do terreno anexo ao Centro de Saúde de Pombal tomada a 28 de Janeiro de 2011.”

O **Senhor Presidente** informou que de harmonia com o Contrato a celebrar com a ARS do Centro, o Município vai assumir a responsabilidade de ampliação do Centro de Saúde e construção do Parque de Estacionamento.

Disse que este é um investimento superior a três milhões de euros que será suportado pelo Município e pela ARS.

O Senhor Vereador **Dr. Adelino Mendes** referiu que nesta alteração, resulta claro que o dono da obra não será a ARS do Centro, mas o próprio Município, acrescentando que é necessário esclarecer, quer do ponto de vista da candidatura ao Programa Mais Centro, quer do ponto de



MUNIÍPIO DE POMBAL

vista da garantia da contrapartida Nacional, se se mantêm os mesmos compromissos por parte da ARS no sentido do financiamento da ampliação do Centro de Saúde de Pombal.

*O Senhor Vereador **Dr. Diogo Mateus** informou que esta modificação é uma consequência de uma iniciativa do Senhor Presidente junto da ARS do Centro, no sentido de garantir a inclusão, nesta empreitada, da construção do Parque de Estacionamento.*

Disse que, feita a articulação com o Mais Centro relativamente à possibilidade da ARS poder ser a dona da obra, sendo o Estacionamento não confinado ao Centro de Saúde mas no espaço público, verificou-se, e foi aceite pela ARS, que de facto, a única entidade com capacidade sob o ponto de vista da competência legal para poder fazer quer a ampliação do Centro de Saúde, quer o Parque de Estacionamento, era o Município, acrescentando que a obra é lançada numa única empreitada.

Informou ainda, que a ARS participará com 30 % do valor total da empreitada, caso a mesma seja aprovada.

A Câmara deliberou, por unanimidade:

1.º Revogar a deliberação de 28 de Janeiro de 2011 relativa à Constituição de Direito de Superfície a favor da Administração Regional de Saúde do Centro do terreno anexo ao Centro de Saúde de Pombal;

2.º Solicitar à Assembleia Municipal a aprovação da proposta de revisão nos termos descritos e que a deliberação a tomar seja por minuta, para efeitos de imediata execução.”

Colocado este ponto a discussão não se verificou qualquer inscrição, pelo que foi o mesmo aprovado por unanimidade e por minuta.

Não havendo nada mais a tratar, foi encerrada a sessão eram vinte horas e trinta minutos, tendo-se lavrado a presente acta, que eu (1.º Secretário), subscrevo e vai ser assinada por todos os Membros da Mesa.

O Presidente:

O 1.º Secretário:

A 2.ª Secretária: